

Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Administração do Estado de Roraima

PCRR

Polícia Civil do Estado de Roraima

CONCURSO PÚBLICO

Caderno de Provas

Aplicação: 17/5/2003 (TARDE)

Cargo:

Delegado de Polícia Civil

Nível Superior



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém as provas objetivas, com **cento e cinquenta** itens corretamente ordenados de **1 a 150**, e a prova discursiva, com duas páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Nas provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial acarretará a perda de **um ponto**, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – PCRR, de 6/3/2003.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha e ao preenchimento da folha de respostas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a folha de texto definitivo e a folha de respostas e retire-se do local de provas.
- 10 Não será avaliado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 19/5/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> —, nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília — e na cidade de Boa Vista – RR, nos seguintes locais: Secretaria de Estado da Administração, rua Major Manoel Correa, n.º 526, São Francisco; Secretaria de Estado da Segurança Pública, av. Capitão Ene Garcez, n.º 324, Centro (Prédio Velho) e rua Araújo Filho, n.º 703, Centro; Centro Estadual do Servidor Público (CETRESP), av. Brigadeiro Eduardo Gomes, n.º 1.364, Dos Estados.
- II 20 e 21/5/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados juntamente com a divulgação desses gabaritos.
- III 11/6/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado de Roraima e nos locais mencionados no item I, dos resultados finais das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 12 e 13/6/2003 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados juntamente com a divulgação desse resultado.
- V 25/6/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados nos itens I e III, do resultado final da prova discursiva e da convocação para avaliação psicológica, exames biométricos e avaliação médica.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2003 – PCRR, de 6/3/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar e clique referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Um diálogo interessante

1 — A necessidade de viver em sociedade acarreta para o homem obrigações particulares?

4 — Sim, e a primeira de todas é a de respeitar os direitos dos semelhantes; aquele que respeitar esses direitos será sempre justo. No vosso mundo, onde tantos homens não praticam a lei de justiça, cada um usa de represálias, e vêm daí a perturbação e a confusão da vossa sociedade. A vida social dá direitos e impõe deveres recíprocos.

10 — Podendo o homem iludir-se quanto à extensão do seu direito, o que o deve levar a conhecer-lhe os limites?

13 — Os limites do direito que reconhece para o seu semelhante em relação a ele, na mesma circunstância e de maneira recíproca.

Livro dos espíritos, capítulo XI (com adaptações).

A partir das idéias e da forma do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A lei da justiça consiste, principalmente, em respeitar os direitos dos semelhantes.
- 2 Represálias, perturbações e confusões não pertencem ao conjunto dos procedimentos socialmente justos.
- 3 Há uma relação de reciprocidade entre direitos e deveres individuais.
- 4 O interlocutor informa, no último parágrafo, que os limites do direito, que o cidadão reconhece para o seu semelhante em relação a si, devem ser obedecidos, reciprocamente, em circunstâncias idênticas.
- 5 Embora tenha convivido com toda sorte de regimes autoritários e totalitários, o século XX, de maneira geral, assistiu ao desenvolvimento de regimes políticos democráticos, em cuja raiz encontram-se os direitos e deveres que devem balizar a vida em sociedade.
- 6 Embora com motivações ideológicas diferentes, os atuais regimes políticos da República Popular da China e do Reino Unido se aproximam em termos de reconhecimento dos direitos individuais e coletivos, algo que se manifesta nas práticas abertas, pluralistas e democráticas de governo.

1 Há teorias que procuram a distinção do direito com relação à moral a partir dos critérios interioridade (moral) e exterioridade (direito). Mas há críticas que repousam
4 sobretudo no fato de que o direito por vezes regula condutas internas e por vezes regula condutas externas, assim como ocorre com a moral. Essa dicotomia é, portanto, insuficiente
7 para dar conta do problema.

Se o direito for entendido e definido exclusivamente a partir das idéias de normatividade e validade, então seu
10 campo nada tem a ver com a Ética. Esta proposta de cisão metodológica, de Hans Kelsen, acabou por provocar fissura profunda no entendimento e no raciocínio dos juristas do
13 século XX.

Então, pode-se sintetizar sua proposta: as normas jurídicas são estudadas pela ciência do direito; as normas
16 morais são objeto de estudo da Ética, como ciência. O raciocínio jurídico, então, não deverá versar sobre o que é certo ou errado, sobre o que é virtuoso ou vicioso, sobre o
19 que é bom ou mau, mas sim sobre o lícito e o ilícito, sobre o legal (constitucional) ou ilegal (inconstitucional), sobre o válido e o inválido.

Eduardo C. B. Bittar. *Moral, justiça e direito* (com adaptações).

Em cada um dos itens seguintes, julgue a correção gramatical da reescritura apresentada e a manutenção da idéia do texto acima.

- 7 “Há teorias (...) (direito)” (l.1-3): **Existe teorias em que procuram distinguir direito de moral, tendo por parâmetros os critérios de interioridade (relativa à moral) e exterioridade (referente ao direito)**
- 8 “Mas há (...) internas” (l.3-5): **Mas houveram críticas que refutavam tais teorias, embasadas, sobre tudo, no fato de o direito, as vezes, regular condutas internas**
- 9 “direito (...) problema” (l.4-7): **direito, assim como a moral, por vezes regulam condutas externas, assim como internas; por isso a dicotomia não é suficiente para dar conta do problema**
- 10 “Se o direito (...) Ética” (l.8-10): **Nada tem há ver com a ética se se entender o direito, e defini-lo a partir das idéias de norma e validez**

1 Poucas tendências em tecnologia da informação
foram tão divulgadas quanto o comércio eletrônico.
A valorização das ações das empresas que já trabalham com
4 *e-commerce* chega a desafiar os fundamentos básicos do
mundo dos negócios. Exemplo típico é o caso da
Amazon.com. No entanto, há vários mitos que permanecem
7 quando se trata de indústria de informação.

Montar um *Web site* é fácil, mesmo com as
transações de *e-commerce*. Mas, considerando os termos
10 eficiente e bem-sucedido, torna-se muito mais difícil. Um
Web site é como um *iceberg*. O que se vê parece pequeno e
simples, mas por baixo há questões de integração com talvez
13 40 ou 50 bancos de dados. Portanto, construir uma
infra-estrutura *Web* pode apresentar riscos bastante sérios
para as companhias mais antigas.

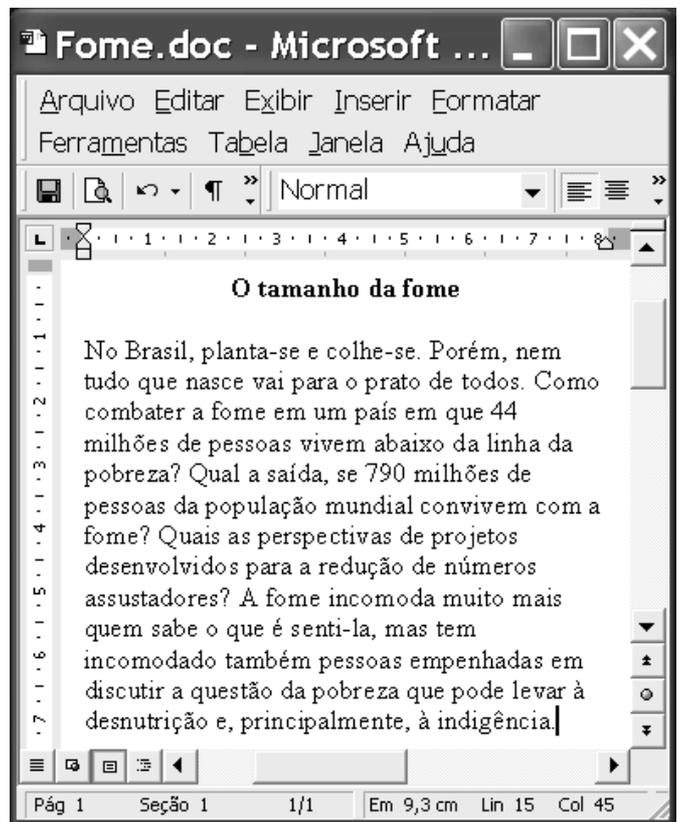
16 O comércio eletrônico não se resume a colocar um
site na Internet, mas o custo maior dessa operação está na
logística. Uma vez colocado no ar, um cliente insatisfeito
19 com o serviço pode fazer com que dez outras pessoas
fiquem com o pé atrás antes mesmo de experimentá-lo.

22 Para muitas empresas, as questões de negócios
envolvidas no *e-commerce* são assustadoras. Mudanças nos
processos empresariais, relacionamentos com clientes e
fornecedores, acesso a dados, propriedade dos dados,
25 estratégia de distribuição e táticas de *marketing* estão
por trás da maior parte dos esforços de comércio via *Web*.

Kellen Cristina Bogo. *Mitos da indústria de informação*. Internet:
<<http://www.google.com.br>>. Acesso em 3/4/2003 (com adaptações).

Com relação ao texto acima e às idéias nele contidas, julgue os
itens que se seguem.

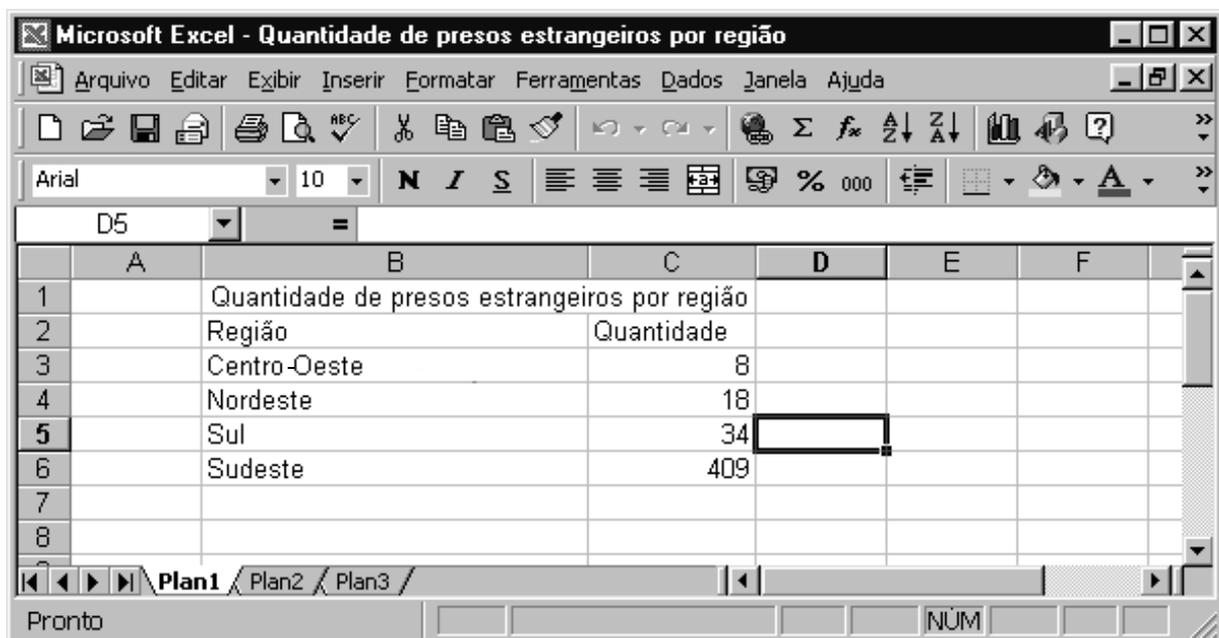
- 11 As palavras “tendências”, “comércio”, “sérios”, “negócios”
e “estratégia”, constantes no texto, recebem acento gráfico
pelo mesmo motivo.
- 12 São proparoxítonas, e por isso estão acentuadas, as seguintes
palavras do texto: “eletrônico”, “básicos”, “típico”,
“logística” e “táticas”.
- 13 Os termos “eficiente”, “bem-sucedido” e “infra-estrutura”
são formados pelo processo de composição vocabular.
- 14 No período “O comércio eletrônico não se resume a colocar
um *site* na Internet, mas o custo maior dessa operação está
na logística” (ℓ.16-18), há apenas duas orações ligadas pelo
processo de coordenação.
- 15 A expressão “um cliente insatisfeito com o serviço”
(ℓ.18-19) está exercendo a função de sujeito da oração em
que se encontra.
- 16 Na passagem “Mudanças nos processos empresariais,
relacionamentos com clientes e fornecedores, acesso a
dados, propriedade dos dados, estratégia de distribuição e
táticas de marketing estão por trás da maior parte dos
esforços de comércio via *Web*”, os termos sublinhados estão
empregados como substantivos abstratos.
- 17 No período “Mudanças nos (...) via *Web*” (ℓ.22-26), há
apenas uma oração que se classifica como absoluta.
- 18 Há consenso em torno do papel vital representado pelo
conhecimento científico, particularmente visível em sua
vertente tecnológica, para a atual configuração da economia
mundial, cada vez mais globalizada.
- 19 Uma das características mais marcantes da atual revolução
tecnológica, que tem na informática uma de suas expressões
mais significativas, é sua acentuada democratização, ou seja,
sua disponibilização a todos, independentemente das
condições sociais e do estágio de desenvolvimento material
alcançado pelas sociedades.



A figura acima mostra uma janela do aplicativo Word 2000 com
parte de um texto de Maria Alice Cruz, extraído e adaptado do *site*
www.unicamp.br. Com base na janela mostrada e considerando o
texto nela contido, julgue os itens subseqüentes.

- 20 No primeiro período do texto, o sujeito é oracional.
- 21 Pode-se unir o primeiro período do texto ao segundo, sem
alterar a informação, substituindo o ponto após “colhe-se”
por ponto-e-vírgula.
- 22 O último período do texto é a resposta dada às três sentenças
interrogativas que o antecedem.
- 23 Depreende-se do texto que “desnutrição” e “indignação” são
níveis de pobreza e conseqüências da fome.
- 24 Infere-se do texto que não há saída para a questão da
desigualdade social que mata, devido à fome, quase 50% da
população mundial.
- 25 Estudos técnicos elaborados por especialistas e por
organismos internacionais demonstram que o problema
essencial da fome, em uma perspectiva mundial, decorre da
quantidade insatisfatória de alimentos produzidos, incapaz de
atender a uma população que não cessa de crescer.

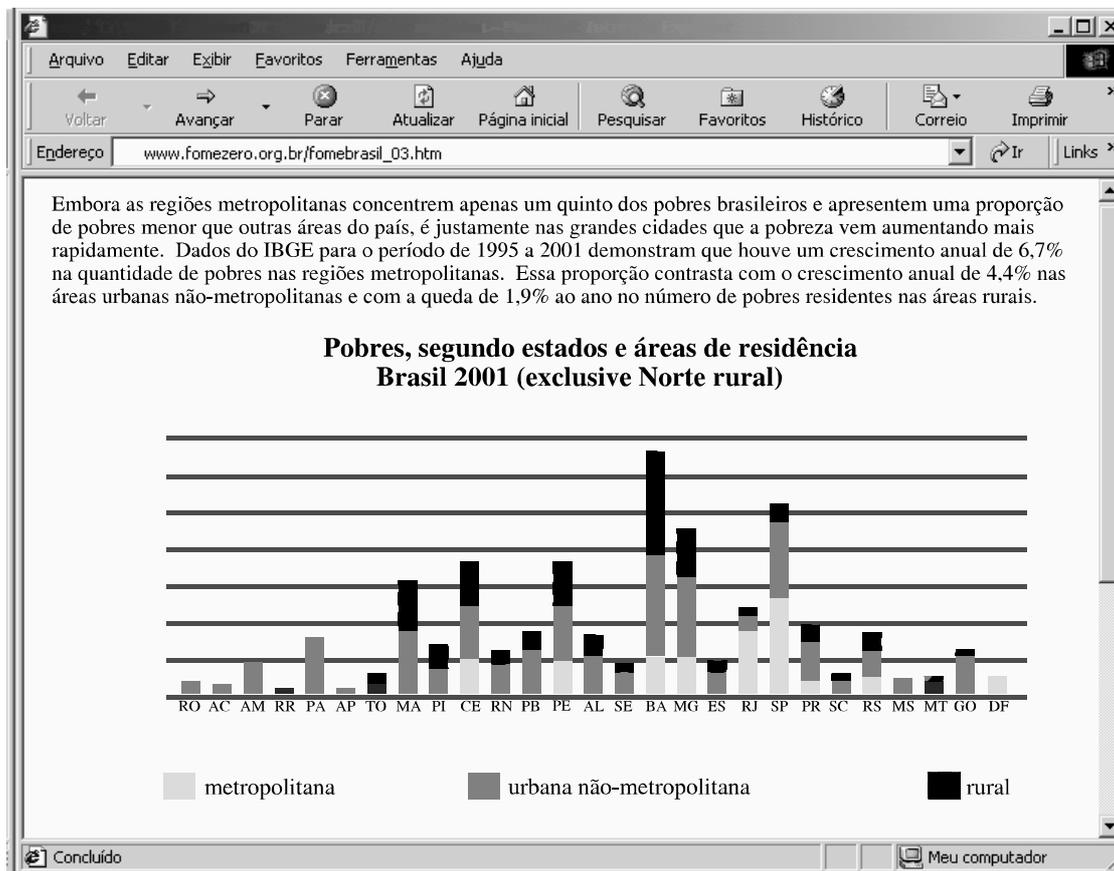
- 26 O usuário pode reverter o último comando Word executado no texto ou excluir a última entrada digitada, por meio do botão .
- 27 Por meio do menu **Formatar**, é possível, entre outras ações, adicionar bordas ao texto, a parágrafos, páginas, células de uma tabela ou figuras selecionadas.
- 28 Para imprimir o documento em edição em um arquivo e não em uma impressora, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar o botão ; na caixa de diálogo resultante, digitar o nome do arquivo; e, a seguir, clicar OK.
- 29 Para justificar o parágrafo do documento mostrado às margens ou aos recuos direito e esquerdo, é suficiente clicar o botão .
- 30 Caso outros arquivos contendo documentos do Word 2000 estejam abertos, para alternar entre eles, é suficiente clicar o arquivo desejado na lista disponibilizada ao se clicar o menu **Janela**.
- 31 Sempre que a quantidade de memória RAM instalada no computador for aumentada, o Word 2000 deverá ser reinstalado, caso se deseje que esse aplicativo utilize também a memória adicional instalada.
- 32 Para instalar o Word 2000, que é um aplicativo incluído no CD de instalação do sistema operacional Windows, no HD do computador, é necessário acionar a caixa de diálogo Adicionar ou remover programas do Windows, cujo ícone encontra-se no Painel de controle.



	A	B	C	D	E	F
1		Quantidade de presos estrangeiros por região				
2		Região	Quantidade			
3		Centro-Oeste	8			
4		Nordeste	18			
5		Sul	34			
6		Sudeste	409			
7						
8						

A figura acima mostra uma janela do Excel 2000, contendo uma planilha que está sendo editada por um usuário. A planilha contém informações acerca do número de presos estrangeiros nas diversas regiões do país. Com relação a essa figura, à tabela mostrada e ao Excel 2000, julgue os itens seguintes.

- 33 A ferramenta  pode ser utilizada para adicionar bordas a células selecionadas.
- 34 Para aplicar negrito às células B2 e C2, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula B2; pressionar a tecla **Shift** e, mantendo-a pressionada, teclar ; liberar a tecla **Shift**; pressionar a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, teclar **N**; liberar a tecla **Ctrl**.
- 35 Para se somar os valores contidos nas células de C3 a C6 e pôr o resultado na célula C7, é suficiente clicar a célula C7 e, em seguida, clicar .



Com o intuito de se informar acerca do programa Fome Zero, proposto pelo governo brasileiro, um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 5 e a partir de um microcomputador do tipo PC, o *site* <http://www.fomezero.org.br>. Após navegar entre as páginas desse *site*, o usuário obteve, na página do Internet Explorer 5 acima ilustrada, que contém um parágrafo introdutório seguido de um gráfico, informações acerca da distribuição dos pobres pelos estados da federação. Com base na janela acima e na leitura comparativa do texto e do gráfico mostrados nessa janela, julgue os itens a seguir.

- 36 Fome Zero e Brasil Alfabetizado foram dois dos primeiros projetos de forte impacto social lançados pelo governo Lula, ambos integrando um tipo de política pública que reconhece a importância de ter sua ação acoplada a parcerias com a sociedade.
- 37 Caso o usuário deseje editar o texto mostrado na página do Internet Explorer 5 como se fosse um documento Word, é suficiente clicar a opção Editar página, disponibilizada pelo menu **Editar**. Ao clicar essa opção, uma janela do aplicativo Microsoft Word é aberta com o conteúdo da referida página, incluindo-se o gráfico ilustrado.
- 38 Caso o usuário deseje retornar à primeira página acessada na sessão de uso do Internet Explorer 5 descrita acima, é suficiente clicar o botão **Página inicial**.
- 39 Devido às leis de direitos autorais relativas a conteúdo de Internet, somente páginas que possuem certificado digital de propriedade podem ter seus conteúdos copiados para o *winchester* do computador a partir do qual se está acessando a Internet. Caso a página mostrada acima tenha tal certificado, ao se clicar o menu **Arquivo**, será disponibilizada uma lista de opções, entre as quais a opção Salvar como, que permite salvar o conteúdo dessa página.
- 40 O endereço da página, mostrado no campo **Endereço**, não está completo, pois não existe o formato de arquivo htm, como indicado para o arquivo fomebrasil_03.htm.
- 41 Caso se deseje esvaziar a pasta representada pelo ícone **Histórico**, que armazena atalhos para as páginas acessadas durante a sessão de uso do Internet Explorer 5 e em sessões de navegação anteriores, é suficiente clicar o menu **Ferramentas**; na lista de opções disponibilizada, clicar Opções da Internet; na janela aberta em decorrência dessa ação, clicar o botão Limpar Histórico.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso no Fórum Mundial, propôs a formação de um fundo internacional para o combate à miséria e à fome nos países do Terceiro Mundo, que seria constituído pelos países do G7 e apoiado pelos grandes investidores internacionais. Para uma platéia de centenas de pessoas, Lula declarou: “Aqui em Davos convencionou-se dizer que hoje existe um único Deus: o Mercado. Mas, a liberdade de mercado pressupõe, antes de tudo, a liberdade e a segurança do cidadão. O Brasil defende o livre comércio, mas um livre comércio que se caracterize pela reciprocidade. De nada valerá o esforço exportador que venhamos a desenvolver, se os países ricos continuarem a pregar o livre comércio e a praticar o protecionismo.”

Internet: <<http://www.na.com.br>>. Acesso em 3/4/2003 (com adaptações).

Acerca do tema tratado no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 42** Uma espécie de contraponto ao Fórum Econômico Mundial é o Fórum Social Mundial, por duas vezes sediado por Porto Alegre, e que questiona os caminhos normalmente percorridos pela economia global dos tempos atuais, tendo por lema “uma outra globalização é possível”.
- 43** Causou comoção entre velhos companheiros de esquerda e entre seus correligionários o fato de o presidente Lula ter preferido buscar aplausos em Davos, onde os representantes do grande capital internacional se reuniram, em vez de comparecer ao Fórum Social Mundial.
- 44** Em Davos, conforme o texto assinala, o presidente Lula condenou a dubiedade dos países ricos que, utilizando-se de uma retórica livre-cambista, acabam por praticar medidas protecionistas na defesa de seus interesses comerciais.

Toda a chuva de elogios que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial deixaram cair sobre a atual equipe econômica e que valiam também para a anterior não impediram uma constatação humilhante, contida nos Indicadores de Desenvolvimento Mundial, divulgados pelo Banco: o país continua sendo um desastre em termos sociais. A expectativa de vida ao nascer é de apenas 68 anos, inferior à média (71) dos países da América Latina/Caribe, região que não chega a ser modelo de desenvolvimento. A renda *per capita* (US\$ 3.070) também perde para a média latino-americana. A taxa de alunos que completam o ensino básico (71%) é praticamente igual à de Bangladesh, um dos países mais miseráveis do planeta. As 36 por mil crianças que morrem antes dos cinco anos são mais que as 32/1.000 que morrem no Líbano, país vítima de guerra civil.

Clóvis Rossi. *Depois dos elogios ao país, BIRD exhibe desastre social*. In: *Folha de S. Paulo*, 14/4/2003, p. B1 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando o assunto que ele aborda, julgue os itens seguintes.

- 45** Embora ainda elevada, a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente; para que isso ocorresse, foi fundamental a ação do poder público e de instituições da sociedade, como é o caso da conhecida Pastoral da Criança.

46 Ao mesmo tempo em que foram ampliadas as matrículas no ensino fundamental, observou-se notável melhoria do desempenho escolar dos estudantes brasileiros, o que pode ser comprovado pelas avaliações internas e por testes internacionais.

47 Tem-se como certo que a má distribuição de renda, no Brasil como em boa parte dos chamados países emergentes, funciona como obstáculo para o desenvolvimento e para a melhoria dos indicadores sociais.

Enquanto norte-americanos e britânicos vencem no Iraque, uma outra guerra vai sendo perdida no mundo: a do ambiente. E o conflito atual no Oriente Médio só tende a agravar a situação. A opinião é do britânico Norman Myers, um dos cientistas ambientais mais influentes no mundo. Ele se diz pessimista com os efeitos da guerra e das políticas da Casa Branca, especialmente sobre os esforços para combater o aquecimento global. Para Myers, “o debate global sobre o clima tem ignorado amplamente a geopolítica global. Se, por um lado, há evidência científica e econômica o bastante para concluir que nós deveríamos nos afastar dos combustíveis fósseis o mais rápido possível, os líderes políticos do mundo parecem cada vez mais inclinados a queimá-los”.

Cláudio Ângelo. *Para Myers, planeta perde guerra do clima*. In: *Folha de S. Paulo*, 14/4/2003, p. A9 (com adaptações).

A partir do texto e considerando o tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 48** Para o cientista britânico citado no texto, embora haja disposição dos governantes para alterar drasticamente o modelo energético que impulsiona a produção econômica, não há fontes alternativas que possam ser utilizadas.
- 49** Entre as múltiplas motivações que podem explicar a recente guerra contra o Iraque, possivelmente os interesses petrolíferos desempenham papel que não pode ser relevado.
- 50** A sofisticação da indústria automobilística chegou a tal ponto que, hoje, fabricando veículos que não mais emitem dióxido de carbono, essa indústria dá sua enorme contribuição para eliminar as principais causas do aquecimento global.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A rigor, o princípio da finalidade não é uma decorrência do princípio da legalidade. É mais que isso: é uma inerência deste; está neste contido, pois corresponde à aplicação da lei tal qual é; ou seja, na conformidade de sua razão de ser, do objetivo em vista do qual foi editada. Por isso, pode-se dizer que tomar uma lei como suporte para a prática de ato desconforme com sua finalidade não é aplicar a lei; é desvirtuá-la; é burlar a lei sob o pretexto de cumpri-la. Daí por que os atos incursos nesse vício — denominado “desvio de poder” ou “desvio de finalidade” — são nulos. Quem desatende ao fim legal desatende à própria lei.

Celso Antônio Bandeira de Mello. *Curso de direito administrativo*. 10.^a ed. Malheiros, 1998, p. 64 (com adaptações).

Considerando o texto acima, em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 51** Um delegado de polícia convidou sua namorada para ir ao cinema. Lá chegando, o delegado identificou-se como policial e entrou no cinema sem pagar o ingresso. Nessa situação, a conduta do delegado é legal, visto que amparada em lei que lhe permite o amplo acesso a quaisquer estabelecimentos, sejam eles públicos ou privados.
- 52** O prefeito de um município resolveu alterar as rotas e as paradas de algumas linhas de ônibus, visando otimizar o transporte público na cidade. Alguns cidadãos, sentindo-se prejudicados, impetraram mandado de segurança a fim de que fossem mantidas as condições anteriores. Nessa situação, o Poder Judiciário não deverá analisar a conveniência do ato do prefeito, sob pena de invadir matéria atribuída ao administrador público.
- 53** O secretário de segurança de um estado da Federação, visando punir um delegado de polícia desidiioso, removeu-o para uma cidade do interior do Estado. Nessa situação, partindo da premissa de que o secretário é a autoridade competente para a prática do ato e que, de fato, o delegado não vinha desempenhando as suas funções a contento, é correto afirmar que o ato que removeu o delegado não apresenta vício.

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 54** A Constituição da República, em seu art. 71, inciso II, dispõe que o controle externo da administração pública será feito pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), esse dispositivo não se aplica às sociedades de economia mista.

- 55** Considere a seguinte situação hipotética.

Com base na premissa de que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, o presidente de uma CPI, regularmente instalada, determinou, mediante fundamentação apropriada, a busca e apreensão de documentos na residência de um servidor público investigado.

Nessa situação, a determinação do presidente da CPI está em desacordo com a Constituição da República, por se tratar de ato sujeito ao princípio constitucional da reserva de jurisdição.

- 56** Considere a seguinte situação hipotética.

Um cidadão ajuizou ação popular contra o presidente da República, em razão de prática de ato que, segundo alegava, era lesivo ao patrimônio público.

Nessa situação, o órgão competente para julgar a ação será o juiz federal de primeiro grau.

- 57** As decisões dos tribunais de contas de que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo e serão executadas pelos respectivos tribunais.

Julgue os itens subseqüentes, acerca dos atos de improbidade administrativa.

- 58** A Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — é aplicável tanto aos agentes públicos quanto aos particulares que pratiquem atos de improbidade contra a administração pública.
- 59** O Ministério Público poderá efetuar transação ou tomar compromisso de ajustamento de conduta em ações de improbidade administrativa, desde que o poder público seja ressarcido dos prejuízos sofridos.
- 60** São legitimados para propor ação de improbidade administrativa: o Ministério Público, a pessoa jurídica interessada e as associações regularmente constituídas que incluam entre suas finalidades a proteção ao patrimônio público, ao meio ambiente, ao consumidor ou à ordem econômica.

Acerca das garantias de independência dos agentes políticos, julgue os itens que se seguem.

- 61** Considere a seguinte situação hipotética.

Um deputado federal concedeu entrevista a um jornal, acusando o presidente de uma autarquia federal de convivência com corrupção existente nesse órgão.

Nessa situação, o parlamentar não estaria amparado pela imunidade parlamentar, visto que o ato foi praticado fora do ambiente do Congresso Nacional e, portanto, fora do exercício estrito do mandato.

- 62** Considere a seguinte situação hipotética.

Em discurso na tribuna da Câmara dos Deputados, um deputado federal afirmou que determinado empresário ofereceu vantagem indevida a servidor público a fim de ser beneficiado em licitação pública.

Nessa situação, com o término do mandato, o parlamentar, caso não seja reeleito, poderá ser responsabilizado penalmente em razão do seu discurso.

63 A imunidade processual parlamentar, prevista na Constituição da República, resume-se na possibilidade de sustação do processo criminal já em andamento pela respectiva casa legislativa.

64 Os prefeitos gozam de imunidade processual, sendo necessária a licença prévia da Assembléia Legislativa para que possam ser processados.

65 Considere a seguinte situação hipotética.

Um deputado federal foi condenado em processo criminal, com decisão transitada em julgado, pelo crime de corrupção passiva.

Nessa situação, um dos efeitos da decisão judicial será a automática suspensão dos direitos políticos do parlamentar e a conseqüente perda do mandato.

Com relação aos direitos e deveres fundamentais, julgue os itens subseqüentes.

66 Segundo entendimento do STF, o Ministério Público pode requisitar diretamente, ou seja, sem intervenção judicial, informações revestidas de sigilo bancário ou fiscal quando se tratar de verbas públicas.

67 Considere a seguinte situação hipotética.

Um delegado de polícia gravou conversa telefônica entre um preso e seu comparsa, que estava solto, com a ciência do interlocutor preso.

Nessa situação, a gravação poderá ser utilizada como prova contra o interlocutor insciente, pois foi obtida lícitamente.

68 Embora o art. 2.º, § 1.º, da Lei n.º 8.072/1990 — Lei dos Crimes Hediondos — disponha que as penas ali previstas serão cumpridas integralmente no regime fechado, o STF considerou inconstitucional esse dispositivo, por afrontar o princípio da individualização da pena, previsto no art. 5.º da Constituição da República.

69 Considere a seguinte situação hipotética.

Um agente de polícia civil impetrou mandado de segurança contra ato administrativo de seu superior — que lhe aplicou sanção disciplinar — sob o argumento de que a sanção disciplinar, apesar de aplicada por autoridade competente e com observância das formalidades essenciais, era ilegal, visto que fora motivada por vingança.

Nessa situação, a ação não deverá ser conhecida, em razão de que, segundo lei pertinente, não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

Com relação ao controle de constitucionalidade dos atos normativos, julgue os itens seguintes.

70 É cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) para retirar do mundo jurídico lei estadual publicada após a promulgação da Constituição da República que seja lesiva a preceito fundamental.

71 Todo controle concentrado de constitucionalidade também será um controle em abstrato.

72 Não é cabível ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) para questionamento de normas municipais em face da Constituição da República, seja no STF seja nos tribunais de justiça dos estados.

73 Ao vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, por julgá-lo contrário à Constituição da República, o presidente da República exerce um controle preventivo de constitucionalidade.

74 Considere a seguinte situação hipotética.

O governador de Goiás ajuizou ADIn no STF contra lei estadual do Mato Grosso do Sul que proibia o ingresso de amianto no estado. O governador de Goiás argumentava que a lei prejudicava seu estado, visto que este é um dos maiores produtores de amianto do país.

Nessa situação, será reconhecida a legitimidade ativa do governador de Goiás para o ajuizamento da ADIn, em virtude de estar presente o requisito da pertinência temática.

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao poder constituinte.

75 Poder constituinte decorrente é o poder que têm os estados-membros de uma Federação para elaborar suas próprias Constituições.

76 A mudança na Constituição exterioriza-se sob duas formas de atuação: a reforma constitucional — que, em seu sentido amplo, englobaria a revisão e a emenda — e a mutação constitucional. Esta última pode ser definida como a separação entre o preceito constitucional e a realidade. A realidade constitucional torna-se mais ampla que a normatividade constitucional.

77 Segundo dispõe a Constituição da República, as polícias civis serão dirigidas por delegado de polícia de carreira. Contudo, a Constituição de um estado da Federação pode determinar que a escolha seja feita entre os ocupantes da última classe da carreira que figurem em lista tríplice formada pela respectiva entidade de classe.

Julgue os itens seguintes, acerca do Poder Judiciário e do Ministério Público.

78 Compete aos juízes federais julgar as causas entre Estado estrangeiro e município. Da decisão caberá recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

79 Ao Ministério Público compete exercer o controle externo da atividade policial, podendo, para tanto, ter livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, bem como acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial.

80 Considere a seguinte situação hipotética.

João foi preso em flagrante pela prática de crime contra a fauna, previsto na Lei n.º 9.605/1998, consistente em matar espécime da fauna silvestre sem a devida permissão.

Nessa situação, João será processado perante a justiça federal, conforme entendimento já sumulado pelo STJ.

Em determinado município brasileiro, a Lei Municipal n.º 1, de 10/1/2001, estabeleceu que os lotes de imóveis urbanos não poderiam ter área menor que 100 m². Nesse mesmo município, a Lei Municipal n.º 2, de 10/3/2001, com *vacatio legis* de dois anos, estabeleceu que os lotes de imóveis urbanos não poderão mais ter área menor que 150 m². Marcos, em 30/4/2001, vendeu para Carlos e Augusto, por meio de escritura pública registrada no cartório de registro, imóvel de 210 m², fracionado para cada um em 105 m², tendo sido abertas novas matrículas no cartório de registro de imóveis do município em 1.º/5/2001.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens subseqüentes, tendo como base a Lei de Introdução ao Código Civil, o direito das coisas e as competências legislativas dos entes federados.

81 Para realizar a venda do imóvel mencionado não era necessária escritura pública, podendo a venda ocorrer apenas por documento particular com a simples tradição do bem.

82 A referida venda não poderia ter sido realizada por desrespeitar o disposto na Lei Municipal n.º 2.

83 Caso Marcos tivesse adquirido o bem, por ele vendido, por usucapião, a venda seria nula por impossibilidade jurídica do objeto.

84 A venda realizada é válida, pois na ocasião a lei em vigor era a Lei Municipal n.º 1.

85 A venda deve ser considerada inexistente pelo desrespeito à legislação municipal que limita a dimensão mínima de um lote urbano.

86 O município tornar-se-á proprietário das terras de Carlos e Augusto na validade da Lei Municipal n.º 2, independentemente de desapropriação.

87 Cabe ao estado-membro tratar da ocupação do solo urbano, razão pela qual as leis municipais mencionadas acima são inconstitucionais, não podendo ser apreciadas na referida transação imobiliária.

88 A escritura pública deveria ter sido registrada no cartório de registro da capital do estado-membro no qual se situa o município.

89 Se Marcos for absolutamente incapaz, a referida venda não terá efeito.

90 Se, em vez de brasileiros, Carlos e Augusto fossem mexicanos, e estivessem adquirindo o referido bem para o governo do México, a situação jurídica seria a mesma.

Julgue os itens seguintes, relativos aos contratos de compra e venda, sob a luz do novo Código Civil — Lei n.º 10.406/2002.

91 Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.

92 Sob pena de anulabilidade, os ascendentes não podem vender bens imóveis a um descendente, sem o consentimento expresso dos demais descendentes.

93 Na cláusula de retrovenda, o vendedor pode reservar-se o direito de recobrar, dentro de um certo prazo, um imóvel que tenha vendido, restituindo o preço mais as despesas feitas pelo comprador.

94 A venda a contento é a cláusula que subordina o contrato à condição suspensiva, ou seja, à condição de ficar desfeito se o comprador não se agradar da coisa.

95 Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago.

Em relação à competência e à intervenção de terceiros em processos civis, julgue os itens a seguir.

96 Se a ação de conhecimento for proposta no foro do domicílio do réu, eventual mudança deste para outra comarca importa modificação da competência, pois a regra é a de que o réu deve sempre ser demandado no foro de seu domicílio.

97 A denunciação da lide é modalidade de intervenção de terceiros e ocorre em qualquer tipo de processo, inclusive no de execução e no cautelar.

98 A assistência é possível sempre que terceiros demonstrarem interesse, jurídico ou de fato, no julgamento da lide, sendo admitida somente nos processos de conhecimento e de jurisdição contenciosa.

No referente à comunicação dos atos processuais, julgue os itens subseqüentes.

99 As intimações dos atos que interessam às partes devem ser feitas ao advogado destas e não a elas pessoalmente, salvo se o ato objeto da intimação tiver de ser pela parte praticado, como se dá no depoimento pessoal.

100 Se forem vários os advogados atuando na representação conjunta de uma só parte, todos deverão ser intimados, não bastando que apenas um deles receba a intimação.

101 Nas capitais, a intimação dos advogados se faz pela publicação no órgão oficial, e a do Ministério Público se faz pessoalmente, mediante entrega dos autos, acompanhados de mandado, por oficial de justiça.

102 O ato intimatório consumado em dia não útil não é nulo, mas, para efeito processual, é considerado, pelo Código de Processo Civil (CPC), como ocorrido no primeiro dia útil subseqüente em que houver expediente forense. Assim, publicada a intimação no jornal de domingo, ela será considerada como feita na segunda-feira e começará a correr o prazo a partir da terça-feira, por força da regra que manda desprezar o dia da intimação.

Com relação a recursos em processos civis, julgue os itens que se seguem.

- 103** Da decisão que indefere petição de reconvenção e põe fim a ação reconvenicional, é cabível recurso de apelação.
- 104** De regra, não podem as partes suscitar, em razões ou contra-razões de recurso, questões de fato não propostas no juízo inferior, sob pena de violação do princípio do contraditório, supressão de instância e violação do duplo grau de jurisdição.
- 105** A prescrição é matéria que pode ser suscitada nas razões ou nas contra-razões de qualquer recurso.
- 106** Cabe recurso de agravo retido contra decisão de juízo *a quo* que recebe recurso de apelação.
- 107** Diante das recentes modificações introduzidas no CPC, é possível ao relator negar seguimento a qualquer recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF ou de tribunal superior.
- 108** O relator poderá converter em agravo retido o agravo de instrumento da decisão que, em audiência, indefere uma denúncia à lide obrigatória.
- 109** No agravo de instrumento, o relator não poderá conceder efeito suspensivo ao recurso ou efeito ativo ao agravo.

No que concerne à ação rescisória, julgue os itens seguintes.

- 110** Se uma das partes do processo em que foi proferida a sentença vier a falecer, seus sucessores não terão legitimidade *ad causam* para propor ação rescisória, pois não figuraram como parte no processo que daria origem a tal ação.
- 111** Na ação rescisória, tem interesse de agir a parte que não tenha sofrido qualquer prejuízo com sentença rescindenda, em virtude de decisão revestida de vícios, e, portanto, nula de pleno direito, pois a sucumbência não é requisito para a propositura da rescisória.

Em relação às nulidades processuais, julgue os itens a seguir.

- 112** Enquanto o juiz não declara a nulidade do processo, a relação processual existe e produz efeitos de uma relação válida, podendo ocorrer o saneamento do vício a partir do momento em que se operar a coisa julgada.
- 113** O ato processual que atingiu a sua finalidade, apesar de ter sido praticado com desvio de forma, não será anulado de ofício pelo juiz nem a requerimento da parte, a menos que esta demonstre efetivo prejuízo.
- 114** Se a nulidade é somente de forma, ela é relativa; não sendo alegada pela parte na primeira oportunidade, se convalida por força da preclusão.
- 115** Se a nulidade é absoluta e declarável de ofício pelo juiz, não se sujeita à preclusão, podendo ser argüida em qualquer tempo ou grau de jurisdição.

Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue os itens seguintes.

116 Considere a seguinte situação hipotética.

Manoel trancafiou seu desafeto em um compartimento completamente isolado e introduziu nesse compartimento gases deletérios (óxido de carbono e gás de iluminação), os quais causaram a morte por asfixia tóxica da vítima.

Nessa situação, Manoel responderá pelo crime de homicídio qualificado.

117 Considere a seguinte situação hipotética.

João e Maria, por enfrentarem grave crise conjugal, resolveram matar-se, instigando-se mutuamente. Conforme o combinado, João desfechou um tiro de revólver contra Maria e, em seguida, outro contra si próprio. Maria veio a falecer; João, apesar do tiro, sobreviveu.

Nessa situação, João responderá pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.

118 Na gravidez molar, configura-se crime de aborto o emprego, pela gestante, de meios abortivos que resultem na expulsão da mola.

119 Considere a seguinte situação hipotética.

Durante um entrevero, Carlos desferiu um golpe de facão contra a mão de seu contentor, que veio a perder dois dedos.

Nessa situação, Carlos praticou o crime de lesão corporal de natureza grave, por resultar debilidade permanente de membro.

120 Considere a seguinte situação hipotética.

Jorge constrangeu um cego deficiente físico de se deslocar até uma agência bancária para receber um benefício, privando-o de seu guia e destruindo as suas muletas.

Nessa situação, Jorge praticou o crime de constrangimento ilegal.

Um funcionário público solicitou à sua filha, maior de dezoito anos de idade e interdita, por ser portadora de doença mental, que praticasse com ele sexo anal. Ao adentrar na residência e presenciar a cópula anal, o tio da ofendida deu voz de prisão ao funcionário público, encaminhando-o à delegacia de polícia do município.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

121 O funcionário público praticou o crime de atentado violento ao pudor que, de acordo com a atual jurisprudência do STJ, é considerado hediondo.

122 Por ter ocorrido flagrante próprio, qualquer pessoa poderia efetuar a prisão do agente.

123 Por ser o agente funcionário público, na hipótese de oferecimento de queixa ou denúncia, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

A respeito dos crimes contra o patrimônio e a administração pública, julgue os itens que se seguem.

124 A *res nullius* e a *res derelicta* não podem ser objeto material do crime de furto.

125 No crime de extorsão mediante seqüestro, o momento consumativo não é o da obtenção da vantagem, mas o da privação da liberdade de locomoção da vítima, em tempo juridicamente relevante.

126 Considere a seguinte situação hipotética.

Ao participar de um concurso público, um candidato foi flagrado utilizando um aparelho eletrônico transmissor e receptor de mensagens, com o objetivo de fraudar o certame.

Nessa situação, o candidato praticou o crime de estelionato.

127 Considere a seguinte situação hipotética.

Benedito, antes de assumir a função de delegado de polícia, mas em razão dela, exigiu de um traficante a importância de R\$ 10 mil para não indiciá-lo em um inquérito policial instaurado para apurar crime de tráfico ilícito de entorpecentes no interior de uma escola pública.

Nessa situação, Benedito cometeu o crime de concussão.

128 O crime de falso testemunho é formal, consumando-se com a simples prestação do depoimento falso.

129 Considere a seguinte situação hipotética.

Vários internados por medida de segurança em um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, revoltados com a falta de assistência médica e hospitalar, passaram a rasgar e queimar os colchões da instituição, praticando atos de violência contra os agentes e danificando as instalações.

Nessa situação, os internados praticaram o crime de motim de presos.

A respeito do inquérito policial e da ação penal, julgue os seguintes itens.

130 Considere a seguinte situação hipotética.

Um empresário, movido por vingança, endereçou uma missiva ao superior hierárquico de um funcionário público, imputando-lhe falsamente a prática do crime de concussão, sob a alegação de que tal funcionário teria exigido dele a importância de R\$ 2 mil para emissão de uma certidão que tinha a obrigação de emitir em razão da função que exercia. A autoridade policial tomou conhecimento dos fatos por meio de uma entrevista dada pelo superior hierárquico do funcionário público, que afirmava ter comprovado a falsidade da imputação.

Nessa situação, para apurar o crime praticado pelo empresário caberá à autoridade policial instaurar inquérito policial de ofício.

131 Considere a seguinte situação hipotética.

Roberto, mediante dissimulação, desfechou vários tiros de revólver contra a sua esposa, ceifando-lhe a vida. Instaurado inquérito policial, Roberto foi indiciado e intimado para o interrogatório, oportunidade em que apresentou à autoridade policial a sua cédula de identidade.

Nessa situação, em face da identificação civil, a autoridade policial não poderá identificar criminalmente Roberto, sob pena de configurar constrangimento ilegal.

132 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi indiciado pela prática de latrocínio. A autoridade policial, com o fim de realizar a reconstituição simulada dos fatos, determinou a intimação do indivíduo, que se negou a comparecer à delegacia e a participar da reconstituição.

Nessa situação, a autoridade policial poderá compelir, sob pena de prisão, o indivíduo a participar da reprodução simulada do fato delituoso.

133 O inquérito policial não é imprescindível para o oferecimento da denúncia ou queixa-crime.

134 Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, tendo a vítima ou seu representante legal oferecido a representação dentro do prazo decadencial, é irrelevante que a denúncia do órgão do Ministério Público tenha sido apresentada após os seis meses fatais.

No que tange à competência no processo penal, julgue os itens seguintes.

135 Compete à justiça federal processar e julgar os crimes contra o meio ambiente, mesmo que não haja lesão a bens, serviços ou interesses da União.

136 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo adentrou uma agência do Banco do Brasil S. A. e subtraiu, do seu interior, vários computadores, impressoras e mobiliários.

Nessa situação, competirá à justiça comum estadual processar e julgar o crime de furto.

137 Considere a seguinte situação hipotética.

Um industrial, irresignado com o auto de infração lavrado por fiscal da Receita Federal, agrediu-o fisicamente com socos e pontapés, causando-lhe lesões corporais de natureza grave.

Nessa situação, competirá à justiça federal processar e julgar o industrial pelo crime de lesão corporal.

<p>138 Compete à justiça estadual processar e julgar sócio-gerente de empresa privada por anotação falsa em carteira de trabalho e previdência social.</p> <p>139 Compete à justiça comum estadual processar e julgar crime de falso testemunho perpetrado em processo trabalhista.</p> <p>140 Considere a seguinte situação hipotética.</p> <p>José adquiriu, em um supermercado situado no município de Alto Alegre, mercadorias no valor de R\$ 980,00, efetuando o pagamento por meio de um cheque do Banco do Brasil, agência do município de Boa Vista, falsificando a assinatura do correntista. Ao ser apresentado, o cheque foi devolvido pelo banco sacado pelo fato de a assinatura aposta na cártula não conferir com a do correntista.</p> <p>Nessa situação, competirá ao juízo criminal da Comarca de Boa Vista processar e julgar o crime de estelionato praticado por José.</p>	<p>Relativamente ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes e aos crimes hediondos, julgue os itens a seguir.</p> <p>143 O crime de associação para o tráfico ilícito de entorpecentes foi revogado pela Lei dos Crimes Hediondos.</p> <p>144 Considere a seguinte situação hipotética.</p> <p>Lucas, sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação de seu desafeto, efetuou, de surpresa, disparos de revólver pelas costas da vítima, matando-a.</p> <p>Nessa situação, Lucas responderá pela prática do crime de homicídio privilegiado-qualificado, que é hediondo.</p>
<p>Com referência aos crimes contra crianças e adolescentes, tortura e abuso de autoridade, julgue os itens que se seguem.</p> <p>141 Considere a seguinte situação hipotética.</p> <p>A autoridade policial, suspeitando que um menor de treze anos de idade havia participado da subtração de toca-fitas de veículos estacionados nas adjacências de uma delegacia, efetuou a sua prisão, sem existência do flagrante de ato infracional ou de ordem escrita da autoridade judiciária competente.</p> <p>Nessa situação, a autoridade policial praticou crime tipificado no Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>142 Considere a seguinte situação hipotética.</p> <p>Um agente de polícia, com o intuito de obter informações acerca da autoria de um roubo de jóias, algemou um receptador conhecido na região e passou a agredi-lo com socos e pontapés, bem como com choques elétricos, causando-lhe lesões corporais.</p> <p>Nessa situação, o agente deveria ser acusado pelos crimes de abuso de autoridade e lesão corporal.</p>	<p>A respeito dos crimes da Lei de Imprensa, do Código de Defesa do Consumidor, do porte de arma e da ordem tributária, julgue os itens subsequentes.</p> <p>145 Considere a seguinte situação hipotética.</p> <p>Manoel adquiriu, de uma concessionária autorizada, um veículo novo com garantia de fábrica de dois anos pela importância de R\$ 55 mil. No ato da compra, o vendedor entregou a Manoel a nota fiscal, mas negou-se a entregar-lhe o certificado de garantia do veículo automotor.</p> <p>Nessa situação, o vendedor praticou crime contra a ordem tributária.</p> <p>146 De acordo com o posicionamento do STJ, comete crime de porte ilegal de arma de fogo o agente que porta revólver, ainda que desmuniado, sem a devida autorização da autoridade competente.</p> <p>147 Pelo fato de a Lei de Imprensa contemplar uma ordem sucessiva da responsabilidade para os chamados crimes de imprensa, para que o entrevistado seja responsabilizado criminalmente por declarações apresentadas em sua entrevista, faz-se mister o seu consentimento, por escrito, para que a entrevista concedida seja publicada pelo jornal.</p> <p>148 O agente que dissimula a natureza e a origem da propriedade de valores provenientes diretamente do crime de furto, convertendo-os em ativos lícitos, comete o crime de lavagem de dinheiro.</p> <p>No que concerne às prisões em flagrante e preventiva, julgue os itens que se seguem.</p> <p>149 Não será nulo o auto de prisão em flagrante lavrado por autoridade policial de circunscrição diversa daquela na qual se der a prisão do autor da infração penal.</p> <p>150 Não é cabível a decretação de prisão preventiva em desfavor de autor de contravenção penal, mesmo presentes os fundamentos da custódia cautelar.</p>

PROVA DISCURSIVA

- Na prova a seguir, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado texto escrito em local indevido**.
- Na prova discursiva, utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo da prova discursiva**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** o texto que tenha qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Muitas constituições foram criadas de modo a fazer com que as pessoas acreditassem que todas as leis estabelecidas atendiam a desejos expressos pelo povo. Mas a verdade é que não só nos países autocráticos, como naqueles supostamente mais livres, as leis não foram feitas para atender a vontade da maioria, mas sim a vontade daqueles que detêm o poder. Portanto, elas serão sempre, e em toda parte, aquelas que mais vantagens possam trazer à classe dominante e aos poderosos. Em toda parte e sempre, as leis são impostas utilizando os inúmeros meios capazes de fazer que algumas pessoas se submetam à vontade de outras. E nisso há violência: exigir que determinadas regras sejam cumpridas e obrigar determinadas pessoas a cumpri-las.

Não é a violência simples, que alguns homens usam contra seus semelhantes em momentos de paixão; é uma violência organizada, usada por aqueles que têm o poder nas mãos para fazer que os outros obedeçam à sua vontade.

Assim, a essência da legislação está no fato de que aqueles que controlam a violência organizada dispõem de poderes para forçar os outros a obedecê-los, fazendo aquilo que eles querem que seja feito.

Leon Tolstói. A violência das leis. In: A escravidão de nosso tempo (com adaptações).

O desejo de colocar em prática um programa que combata a fome e a miséria é uma unanimidade que vem de longe. O que se discute atualmente é como torná-lo eficiente o bastante para que não seja apenas mais um projeto de boas intenções, com resultados passageiros.

Afonso Capelas Jr. O desafio número um. In: Revista do livro universitário, dez./2002 (com adaptações).

O direito humano à alimentação é o direito que todo indivíduo tem de obter uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade.

Elisabetta Recine. É preciso identificar os famintos. In: UnB Revista, jan.-mar./2003, p. 63.

Mais perigosa que a força bruta é aquela que brota da indiferença da sociedade ante as violações dos direitos da pessoa humana.

Martin Luther King.

Considerando que as idéias apresentadas nos textos das provas objetivas e nos fragmentos acima têm caráter unicamente motivador, redija um **texto dissertativo**, posicionando-se acerca do seguinte tema:

COMBATE À FOME: QUESTÃO DE DIREITO E DE JUSTIÇA.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



Universidade de Brasília (UnB)